

03/12/2021

APEOESP

135

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

**EM DEFESA
DOS DIREITOS
DA NOSSA
CATEGORIA E DOS
FILHOS E FILHAS
DA CLASSE
TRABALHADORA**

Secretaria de Comunicação

A Secretaria Estadual da Educação continua sua investida contra a escola pública no estado de São Paulo, contra os direitos dos estudantes e dos profissionais da Educação, assim como continua nossa luta permanente contra esses ataques.

Nesta semana, a Assembleia Legislativa aprovou o PLC 37/2021, que instituiu o Abono Fundeb. Esse abono permite um alívio momentâneo e bem-vindo para a nossa categoria, que vem sofrendo brutal arrocho salarial nos últimos anos. Porém, estudos da seção do DIEESE na APEO-ESP indicam que seria possível um reajuste linear em torno de 6% para toda a categoria, incluindo aposentados.

O Fundeb é conquista da nossa luta!

Voltamos a reiterar que 70% das verbas do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) são devidas aos profissionais da Educação, não são uma concessão, uma dívida do governo. E também que o Fundeb permanente foi uma conquista da nossa luta, da qual a APEOESP participou desde o primeiro momento.

Também voltamos a recordar que no segundo semestre de 2019 participamos do lançamento na Alesp do Fórum pelo Fundeb permanente, iniciativa da presidenta da APEOESP e deputada estadual Professora Bebel, a partir do qual desenvolvemos a luta até a aprovação do novo Fundo, em junho de 2020, e sua regulamentação, em dezembro daquele ano, juntamente com a CNTE e demais entidades da Educação.

Valorização verdadeira é política salarial justa

Para nós, a verdadeira valorização dos profissionais da Educação se dá por meio de reajustes, aumentos reais e de uma política salarial justa para todos os professores e professoras, da ativa e aposentados. Essa valorização é fundamental para que possamos assegurar educação pública de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora. Por

isso, a APEOESP já enviou ofício ao secretário da Educação para que esse abono seja incorporado aos salários.

De imediato, precisamos de um reajuste de 29.25% para que tenhamos a equiparação de nossos salários ao piso nacional, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, ou seja, salários equivalentes aos dos demais profissionais com formação de nível superior.

Fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas

Reafirmamos nosso compromisso pelo fim do injusto confisco salarial dos aposentados e pensionistas, instituído pelo governo Doria em decorrência da reforma da previdência aprovado por diferença de apenas um voto na Alesp.

Para tanto, buscaremos articulação com demais entidades de servidores e realizaremos um grande ato no Palácio dos Bandeirantes para exigir do governador o fim desse confisco.

Um pouco da história do piso salarial nacional

No caso do piso salarial profissional nacional é preciso reconhecer e valorizar a nossa luta. Se hoje o PSPN é uma realidade, isto se deve à iniciativa do ex-presidente da APEOESP, Gumercindo Milhomem, deputado federal constituinte no período de 1986 a 1988, que o inscreveu no inciso III, do artigo 60 do capítulo das Disposições Transitórias da Constituição cidadã de 1988.

Coube ao ex-presidente Lula regulamentar e implementar o piso nacional por meio da lei 11.738/2008, coroando uma luta de mais de 200 anos dos professores brasileiros.

A luta pela valorização salarial e profissional da nossa categoria, portanto, é prioridade e será um dos principais vetores da nossa luta no ano que se aproxima.

VAMOS REALIZAR AMPLO DEBATE NA REDE ESTADUAL PARA DESMONTAR A FARSA DO “CURRÍCULO PAULISTA”

O ataque do governo Doria aos direitos educacionais da juventude trabalhadora tem sua face pedagógica configurada no chamado “currículo paulista”, filho direto da reforma do ensino médio do governo golpista de Michel Temer e da Base Nacional Comum Curricular do governo genocida de Jair Bolsonaro. Não nos surpreende, portanto, que o maestro desses ataques seja o ex-ministro de Temer, Rossieli Soares.

Esse currículo representa um verdadeiro crime contra a juventude das escolas públicas. Ele esvazia a formação geral básica, reduz de forma drástica ou elimina disciplinas fundamentais para a formação dos nossos estudantes, entre elas História, Geografia, Artes, Sociologia, Filosofia, além da diluição de componentes como Ciências, Física, Biologia, Química, negando assim aos filhos e filhas da classe trabalhadora seu inalienável direito de acesso ao conhecimento.

Protagonismo é participar da construção do projeto político-pedagógico

Sob o pretexto do “protagonismo juvenil”, institui-se a farsa dos “itinerários formativos”, que, na realidade, significa o empobrecimento curricular, baseada na falsa premissa de que cabe a cada estudante escolher as disciplinas que deseja estudar. Esse é conceito absurdo, que precisamos rejeitar veementemente.

Protagonismo juvenil, de fato, é que os estudantes, juntamente com todos os demais segmentos da comunidade escolar, possam participar efetivamente da gestão democrática nas escolas, na construção

do projeto pedagógico e das matrizes curriculares, hoje impostas de forma autoritária, a partir dos gabinetes da SEDUC, em parcerias com consultorias e empresas privadas, que não têm nenhum interesse no fortalecimento da educação pública.

A BNCC precisa garantir o acesso ao conhecimento

Nossa luta é pela aplicação correta da Base Nacional Comum Curricular. Ela envolve a uma base comum que deve significar a garantia de acesso igualitário de todas as crianças e jovens a todo o conhecimento socialmente acumulado. A parte diversificada, por outro lado, deve ter como objetivo não a oferta aligeirada de projetos dissociados do projeto político-pedagógico da escola, focados em “empreendedorismo” e formação aligeirada de mão de obra de baixa qualificação para o chamado “mercado de trabalho”.

Ao contrário do que pretende os governos ultraliberais como o de Bolsonaro e de Doria/Rossieli, é preciso assegurar a implementação correta da BNCC para que seja garantido que todos os estudantes, independentemente da escola que frequentam e da cidade onde moram, possam ter acesso à mesma base formativa, salvaguardando, inclusive, seus direitos educacionais em caso de transferência para outra escola, dentro ou fora do seu estado ou município.

O PEI exclui estudantes e professores

Juntamente com a implementação da reforma do ensino médio, a dupla Doria/Rossieli vem ampliando de forma autoritária as escolas PEI no estado de São Paulo. A vontade das comunidades escolares não tem sido respeitada. Conselhos de Escola têm sido ignorados ou manipulados. Muitas fraudes têm sido descobertas, denunciadas e enfrentadas pelo departamento jurídico da APEOESP.

Ao mesmo tempo em que os estudantes trabalhadores têm sido excluídos dessas escolas, não encontram alternativas para estudar no

mesmo bairro e acabam abandonando os estudos, professores são também submetidos à chamada avaliação 360, que é uma forma autoritária de mantê-los sob pressão, pois essa avaliação é direcionada, de cima para baixo, exclusivamente pela equipe gestora. Muitos professores são, assim, excluídos do programa.

Sim, avaliações são próprias do processo educativo. Mas a avaliação necessária é sistêmica, coletiva, democrática, é feita para aprimorar a educação e não para discriminar e punir. Assim deveria também ser a avaliação nas escolas PEI e em todas as demais escolas, quando necessário.

Cerrar fileiras com os estudantes contra a farsa do “novo” ensino médio e a imposição do PEI

Por isso, devemos dialogar com todos os nossos colegas professores e, também com os estudantes. Não podemos deixar que nossos estudantes, lideranças de grêmios, sejam atraídos pelo canto da sereia. Nesse momento Rossieli busca ganhar apoio dos grêmios estudantis para a farsa do “novo” ensino médio e demais programas excludentes.

Por isso, as subsedes da APEOESP devem atuar junto aos estudantes e lideranças de grêmios estudantis para que gravem vídeos nos quais expressem seu posicionamento contra a reforma do ensino médio e contra a imposição do PEI, remetendo-os para a Sede Central.

Vamos desenvolver uma grande campanha em defesa dos nossos direitos, da inclusão e da qualidade da educação.



PELO MÁXIMO DE 25 ESTUDANTES POR CLASSE E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Não se pode falar em qualidade da Educação se não são asseguradas as condições estruturais necessárias nas nossas escolas. A pandemia evidencia ainda mais os problemas existentes nas nossas unidades escolares, conforme ficou demonstrado no Manual Técnico para Escolas Saudáveis, elaborado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção São Paulo e DIEESE por solicitação da APEOESP e disponível no portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

Como realizar boas aulas em salas superlotadas, com 40, 45, até 50 estudantes? Neste momento de pandemia, como proteger a saúde e a vida de professores e estudantes em salas pequenas, sem ventilação, com tal número de estudantes?

Por isso, uma das prioridades é lutar pelo máximo de 25 estudantes por classe, em todos os níveis, para que os professores possam não apenas ministrar melhores aulas, como, também, dedicar a cada estudante atenção necessária à sua aprendizagem.

Precisamos de um novo projeto arquitetônico para nossas escolas. Precisamos de todas as escolas bem ventiladas, bem iluminadas, com espaços adequados para esportes, para convivência, para atividades culturais. Não apenas algumas, mas todas. Essa é uma luta que precisamos enfrentar em conjunto com a comunidade.

EM DEFESA DO NOTURNO, EJA, CEEJAS E ENSINO MÉDIO

Entre os ataques aos direitos de estudantes e professores, a SEDUC induz estudantes do ensino noturno a fazerem opção pelo ensino re-

moto, por meio de aulas gravadas que ficam disponíveis no centro de mídias.

Em primeiro lugar, esse método prejudica a qualidade do ensino, porque o processo ensino-aprendizagem presencial é muito importante para a formação dos estudantes. Ora, se o secretário Rossieli, desrespeitando o direito à vida em plena pandemia, impôs a volta às aulas presenciais, porque negá-las aos estudantes trabalhadores do noturno?

Mais uma vez estamos recorrendo ao Grupo Especial de Educação do Ministério Público Estadual para denunciar esse fato e exigir providências para a sua anulação.

Professores devem ser remunerados por todas as suas aulas

O segundo aspecto importante é que a manutenção de aulas gravadas desrespeita o direito de imagem dos professores e burla a relação trabalhista entre o Estado e seus servidores. Assim, o departamento jurídico da APEOSP está agindo judicialmente para exigir do Estado que remunere cada professor com o valor de 1 hora/aula a cada acesso em suas aulas gravadas.

Ao mesmo tempo, reiteramos que as subsedes cobrem das Diretorias de Ensino que realizem busca ativa nas regiões para que os alunos que abandonaram os estudos retornem às escolas. Mais que isso, as subsedes devem realizar a chamada ativa, com carros de som, uso das mídias sociais, visitas aos bairros, juntamente com entidades populares, para registrar cada jovem e adulto que necessitem de vagas nas escolas estaduais, especialmente no noturno, exigindo a abertura de classes de EJA e ensino médio.

Pela retirada da Resolução 119

Também continuaremos a defender os CEEJA, cobrando da SEDUC a retirada da Resolução SEDUC 119/2021, pois, além da redução do currículo, as mudanças de regras para formação das turmas podem, sim, levar ao fechamento de períodos.

POR ATRIBUIÇÃO DE AULAS JUSTA E TRANSPARENTE

Mais uma vez a SEDUC se recusou a estabelecer diálogo com a APEOESP em torno do processo de atribuição de aulas. Enquanto a coordenadora da CGRH mantinha uma reunião com a nossa entidade, depois de muita insistência, a portaria com as regras e cronograma já estava pronta e foi publicada no dia seguinte.

A resolução que vigora desde 2018 foi mantida. O processo se iniciou e alguns problemas já foram verificados. O direito de escolha dos professores não é plenamente respeitado e persistem as dificuldades para o acúmulo de cargos e funções, ao qual muitos docentes recorrem devido aos baixos salários ou razões profissionais.

A APEOESP está atenta, acompanhando cada etapa e cada passo do processo, mantendo plantão de atendimento jurídico e sempre pronta a orientar e auxiliar os professores quando qualquer de seus direitos seja colocado em risco.

